

O Movimento Estético que Abalou Salazar

O embate dos neo-realistas com a ideologia do regime

Daniel Lacerda

O neo-realismo foi a principal corrente estética que se manifestou em Portugal ao longo das décadas de 40, 50 e 60 do século XX. Contudo este reconhecimento ainda hoje tem contestatários, pois esse movimento de ideias operou um volte-face no sentimento estético e das ideais que perturbou muitos poderes instituídos. Paralelamente a uma modernidade nefelibata representada por presencistas e surrealistas, o novo realismo desenvolveu-se abrindo a mentalidade nacional para os grandes debates sociais do nosso tempo, o marxismo, o socialismo o anticolonialismo e a democracia social. Mas, devido à oposição mouca do poder, no plano das ideias, vingou apenas subterraneamente, para triunfar politicamente apenas com a rebelião do 25 de Abril.

No plano estético, a sua supremacia afirmou-se muito cedo, sendo inoperantes as múltiplas armas que o poder totalitário salazarista pôs em marcha para o travar: censura, limitação da liberdade de expressão e de reunião e repressão policial. O neo-realismo introduzia uma nova visão do mundo, na expressão adoptada por um dos seus maiores teóricos, Georg Lukacs. Daí continuarem a surgir, ainda hoje, denegrimientos e mesmo denegações a seu propósito.

Não vamos enumerar, academicamente, todos os cambiantes dessa revolta estética introduzida nas letras, nas artes plásticas e no cinema por uma nova geração de criadores e que, no caso particular das letras, que mais especificamente nos ocupam nestas linhas, começou a delinear-se no ensaio e na poesia a meados dos anos 30, para ter na prosa de ficção o seu reconhecimento início com o romance Gaibéus (1939) de Alves Redol (1911-1969): “Um livro que nunca

poderá ser esquecido na história da literatura portuguesa”, escreveu Alexandre Pinheiro Torres¹. O nosso propósito incide na ilustração de alguns aspectos reveladores das obstruções levantadas à progressão desse movimento, pois ele erguia-se em oposição ao conservadorismo que subjaz à mentalidade prevalente nas camadas dirigentes do país.

A geração dos neo-realistas

Primeiramente, a surpresa residia em tratar-se duma revolução literária introduzida por jovens de apenas vinte anos e, na sua maioria, de reduzida formação literária, no género cursos comerciais (Redol e Manuel da Fonseca, Antunes da Silva), medicina (Fernando Namora e Carlos de Oliveira). Surpreende a precocidade desta geração marcada pela crise económica dos anos 30, que culminou na guerra civil de Espanha e na segunda Guerra Mundial. Mas, esteticamente, há outras influências internacionais, próximas e distantes, a que, finalmente, a nossa juventude estava muito atenta e aberta: os debates estéticos travados na URSS e na Itália (no cinema e na literatura), a experiência da Resistência do povo francês (através de Aragon, e Eluard, H. Lefèbvre), e o Brasil de Jorge Amado, Lins do Rego e Bandeira.

O escândalo rebenta: esses jovens “aprendizes de escritor” escrevem rudemente, interessam-se por personagens sem realce social, não

possuem estilo aceitável pelos académicos e letrados conceituados. Um poeta e ensaísta, Mário Dionísio, que ficará toda a vida amarrado à ambição da exigência estilística, sai a terreiro exigindo dos seus correlegionários um redobrado aperfeiçoamento formal. Nas célebres quanto distantes fichas da *Seara Nova* (a revista era severamente censurada e, nesse tempo, circulava mal), o autor de *A Paleta e o Mundo*, chegava a dar argumentos, na sua exigência, aos turiferários do passadismo, estribados na arte pela arte. Hoje, depois da investigação oportuna de João Madeira², conhece-se também a função que o Partido Comunista lhe incumbia em disciplinar os criadores e polemizar com os detractores, função acentuada de excessos autoritários que Mário Dionísio acabou por enjeitar, salvaguardando a sua liberdade criativa. Todavia, à distância dos anos, ganha todo o significado





saber-se que a exigência de aprumo formal partia do próprio interior do movimento, e muita da aparente simplicidade derivava da mudança da objectiva manéada por esse grupo de escritores, que a apontava para as camadas inferiores da nossa sociedade, onde a injustiça social ia de par com o meio onde a riqueza social era criada. O voluntarismo posto na renúncia ao estilo (afectado) ficou logo patente na conhecida epígrafe de *Gaibéus*³, que podia ser tomada por alguns como uma autêntica provocação dirigida aos guardiões do estilo romanesco dos salões.

Noutro “escândalo” que feria a mesma gente, estes autores colocavam no centro das suas obras o homem comum, a ceifeira, o mineiro, o operário, o maltês alentejano, a juventude das ruas e becos. Os dramas da psicologia burguesa, eram ultrapassados pela acção social, pelo conflito no mundo do trabalho, onde se observava a desigualdade do trato, a manipulação obsessiva dos deserdados e dependentes sem abrigo. Estes temas eram repudiados com recurso a argumentos falaciosos. Os presencistas faziam barreira, escudados no psicologismo da época, e

privilegiando o personagem individual, recusando o personagem tipo e as situações colectivas. José Régio e Gaspar Simões, à frente das suas tribunas de crítica literária, enjeitaram cedo qualidades aos escritos de autores neo-realistas. A reabilitação destes ficava a cargo de cronistas de *O Diabo*, até ser interdito e, depois, sobretudo, a Óscar Lopes (no suplemento do *Comércio do Porto*) que arranjou uma linguagem adequada à censura para poder comentar e inserir num contexto literário e social as obras dos criadores do novo

realismo. Numa segunda fase, com a chegada duma nova geração de escritores: José Cardoso Pires, Augusto Abelaira, Baptista-Bastos, o romance evolui na perspectiva social que adopta e com a incorporação de novas técnicas da escrita praticadas nomeadamente pelos realistas americanos (Hemingway, Dos Passos, Caldwell, Steinbeck, Sherwood Anderson) e italianos (Pavese, Vittorini). Esta a nova fase impõe-se já por um grande apuro estilístico e de construção narrativa mais complexa, e arrasta os autores consagrados, Redol, Namora, Fonseca, Gomes Ferreira para o ápice da expressão literária, que se impõe por si através de autênticas obras-primas: *O Delfim* (1968), *Barranco de Cegos* (1962), *Os Clandestinos* (1972), *Seara de Vento* (1958), *Poesia III* (1961). Não haverá exagero em dizer que José Saramago começou a construir realmente a sua obra na sua esteira, onde se deve perfilar, muito particularmente, *Levantados do Chão* (1980).

Comentadores e críticos são também em maior número a bater-se contra a censura para conseguir imprimir os seus textos: Álvaro

Salema (*Diário de Lisboa*), A. Pinheiro Torres, em diversos jornais e revistas (*D. de Lisboa*, *Seara Nova*, *Jornal de Letras*), Eduardo Prado Coelho (*Seara Nova*), João José Cochofel (*Gazeta Musical e de todas as Artes*).

Combate contra os poderes instituídos

Cedo os organismos repressivos da liberdade de criação se voltaram contra os escritores que ousavam elevar a personagens de romance a gente de trabalho ou simples empregados, e no novelo narrativo relatar como eram manipulados e ofendidos pelos cordelinhos da supremacia social. Manuel da Fonseca relatou que levava os seus primeiros romances à censura prévia, para acautelar a despesa insuportável que representaria a sua apreensão pela polícia.

Houve períodos em que se explorava alguma passividade dos governadores civis para promover encontros com os romancistas. Alves Redol, no início dos anos 60, veio ao Ateneu de Leiria fazer uma conferência porque indivíduos como Vasco da Gama Fernandes - o primeiro *republicano* da cidade de Leiria, depois presidente da Assembleia Nacional - se batiam todos os dias para dar à cidade alguma actividade cultural, sempre em confrontação com as autoridades, que fecharam rapidamente o modesto cine-club. Apenas a conta-gotas era autorizada, sob ameaça, alguma conferência ou concerto e ainda sob vigilância policial e dos “informadores” (os bufos), que estabeleciam listas dos neófitos interessados por esses suspeitos encontros.

Na Cooperativa dos Tabalhadores de Portugal, nas Escadinhas do Duque, em Lisboa, Manuel da Fonseca veio relatar - com o seu dom inigualável de contador de histórias - como escreveu a “*Seara de Vento*”, desbastando o seu inicial relato dramático dum caso verídico divulgado pelo jornais, até o tornar nessa tensa obra-prima, que para lá do drama do homem só em revolta, germina a organização colectiva,

em grande paralelismo com as alternativas sociais do filme Roco e seu Irmãos de Visconti, ou com o debate Sartre-Camus à volta da opção revolta versus revolução. Ninguém podia garantir que a conversa-debate pudesse chegar ao fim, já que os lisboetas reconheciam, dissimulados na assistência, a presença de agentes da polícia secreta. Eram ocasiões excepcionais, consentidas sob caução pelo poder despótico, que jogava com a mais ténue ambição de cidadãos curiosos das novidades da cultura e do mundo. Para ouvir José Tengarrinha expor as suas pesquisas acerca do liberalismo, ou Augusto da Costa Dias os resultados do seu inquérito ao neo-garretismo era necessário vencer idênticos obstáculos e estar disposto à mesma singular aventura. Era-lhes necessário emudecer a voz de romancistas, poetas e ensaístas, excluindo-se já o comentário político autorizado apenas à pena de jornalistas com beneplácito oficial. Do mesmo modo se impedia os artistas plásticos de vanguarda ou de arte comprometida de expor e de criar assim um público necessário à expressão artística profissionalizada. O grupo coral da Academia de Amadores de Música de Lisboa, dirigido por Fernando Lopes-Graça - figura excepcional da nossa cultura lembrado noutra artigo deste número de Latitudes por Bruno Belthoise - estava sujeito à mesma eventualidade dos esbirros, não havendo jamais a certeza de poder actuar ou ser suprimida policialmente a sessão anunciada, como só muito raramente se atrevia a interpretação da canção fetiche "Canta, camarada canta", do repertório das *Heróicas* criadas por Lopes-Graça por ocasião do MUD sobre versos de poetas neo-realista do Novo Cancioneiro. Nesses anos 50 e 60, exerciam impunemente essa missão as forças ao serviço do grupo político formado por beatos e incultos que se apropriaram do poder e, arrogando-se o destino dos demais, exerciam a mais cruel das violências contra as actividades do espírito.

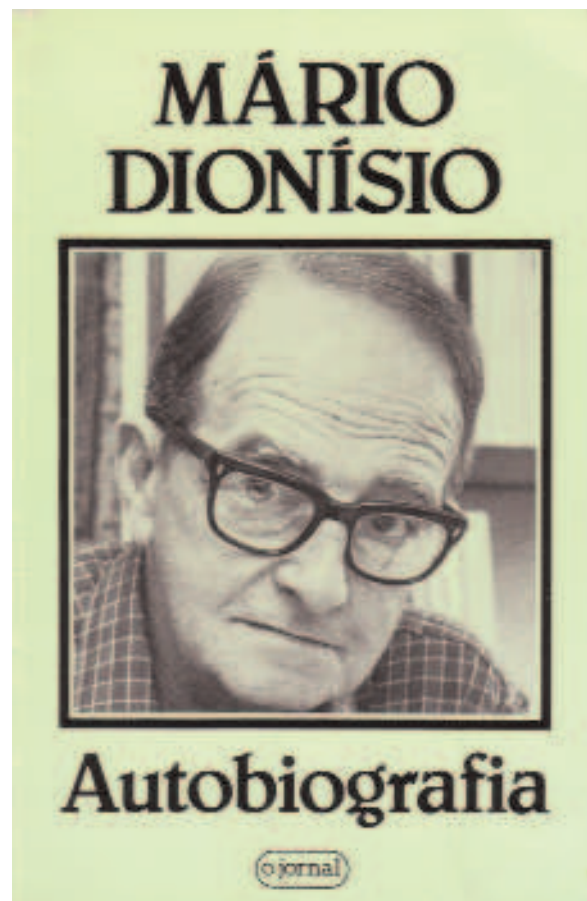
Além da férula da censura, o quotidiano era assinalado por amea-

ças contra as tentativas de comunicação e de se estabelecer laços culturais e sociais. Raros foram os escritores, mesmo de outra inspiração, que não foram humilhados nas prisões do ditador e enxovalhados pelos seus esbirros. O poeta José Terra, que acabou por se exilar em França, conta-nos frequentemente episódios da perseguição que a PIDE movia à revista *Árvore*.

A maior glória das letras nacionais, Aquilino Ribeiro, com reconhecimento literário do próprio Salazar, foi submetido a um processo judicial de tipo inquisitorial, em 1959, aos 70 anos e ameaçado com as enxovias da PIDE, por abordar no romance *Quando os Lobos Uivam*, o assunto dos baldios, com a apreensão imediata do livro. Para evitar a prisão, exigiram-lhe uma caução que correspondia hoje a mais de 3 mil contos. Aquilino fundara com outras grandes figuras, Ferreira de Castro e Jaime Cortesão, ao cabo dos maiores esforços, uma singela Sociedade Portuguesa de Escritores⁴ que apelou para a intervenção dos intelectuais estrangeiros mais renomados e, passados muitos meses em aturada instrução, o processo acabou por ser arquivado, pois o julgamento ameaçava tornar-se numa desmistificação internacional dos fundamentos mesquinhos e retrógrados do regime. A defesa, assumida pelo próprio escritor, num assomo da coragem cívica que caracterizou a sua vida, foi logo depois publicada, desnudando a ignomínia em que ia caindo o ditador definhante⁵. Pouco depois, a polícia política foi enviada, num autêntico acto de terrorismo, destruir a sede daquela sociedade de homens de letras, quando o júri do mesmo prémio decide coroar uma obra-prima da novela portuguesa e angolana, *Luuanda* do escritor luso-angolano, Luandino Vieira, na altura, preso com outros intelectuais e militantes

nacionalistas luso-africanos, numa ilha do Atlântico.

A incompatibilidade da ditadura com a criação literária e o universo das ideias abrangia outras correntes estéticas como os surrealistas e até núcleos católicos: os da revista *Árvore*, *Cadernos do Meio Dia*, etc. Decididamente, os salazaristas detestavam as letras, reservando simpatias aos jornalistas do patriarcado no *Novidades* e aos denunciadores do *Diário da Manhã*, órgão do partido do regime⁶. Secunda-os a formiga Brotéria dos alistados na Companhia de Jesus, género Manuel Antunes, recentemente insensado pelos de memória curta⁷, que vibravam forte nos autores neo-realistas. As editoras de cariz católico e fascista protegiam alguns autores da área, mesclados com figuras indefinidas, uns e outros serviam de baluarte ao germinar da imaginação criadora. Em certos órgãos oficiais e com as iniciativas culturais do SNI, procuravam seduzir e corroer as mentalidades que repudiavam o conservadorismo salazarista, que banhava no racismo colonialista e no segregacionismo católico.



O papel da censura aos livros e aos temas

O método insidioso consistia em eliminar pela ausência as realidades actuautes, deixando a juventude sem marcos de contemporaneidade e abrindo campo à história mítica e à propaganda do regime. Não se conhecia a nossa história recente, as referências ao período republicano e até as lutas sociais do século XIX eram filtradas. Os raros historiadores autorizados a exercer cátedra (e a fazer história) escreviam sobre Aljubarrota, as Descobertas, a Restauração, mas nada sobre as condições concretas da instalação do “Estado Novo”. Oliveira Marques começou a publicar estudos parcelares sobre o republicanismo e o jornalista Jacinto Baptista impôs-se com um estudo sobre o 5 de Outubro! Os portugueses eram defraudados da sua história real e mais criam ainda no milagreiro sebastianismo, que teve sequência em Fátima.

Em literatura reflectia-se a mesma norma da selecção salazarenta. Sartre e Brecht eram repudiados como o diabo⁸. Mesmo o realismo de Eça e seus congêneres da geração de 70 estava sob tutela; nos Liceus apenas algum professor mais afoito ousava descrever o combate de ideias das Conferências do Casino e o significado de *O Crime*

do Padre Amaro do desencantado Eça. Foi preciso recorrer a muita imaginação para romper este cerco à inteligência e começámos a realizar o que representava a batalha do realismo, que nos chegava através de alguns filmes italianos que transpunham a censura de uns e outros. O Gorki e outros escritores russos apenas à sucapa se conseguiam ler esparsamente, tal como inicialmente os brasileiros Jorge Amado e Lins do Rego, que mais tarde romperam o cerco com maior desenvoltura que ganhou a editora Livros do Brasil e a Europa-América do militante Lyon de Castro, que travou dura batalha com os censores. Os *Capitães da Areia* de Amado, tão interditos quanto *O Capital* de Marx, foram lidos na edição brasileira por empréstimo sorrateiro dum amigo de amigo.

Em plena crise académica, que se arrastou vários anos no início da década de 60, a curiosidade juvenil dava lugar a debates e edição de pequenos textos nos cine-clubes e no que restava das associações académicas de estudantes de Lisboa. Os jovens à sua cabeça promoveram em diversos estabelecimentos escolares conferências e colóquios sobre os assuntos mais candentes. O lugar da mulher na sociedade (Faculdade de Direito de Lisboa), Problemas sócio-culturais

contemporâneos (A.Académica de Coimbra), O romance português contemporâneo (Instituto Superior Técnico, Lisboa). Alexandre Pinheiro Torres (1926-1999), que se vinha a destacar na crítica e ensaística literária no “Suplemento Literário” do *Diário de Lisboa*, no semanário *Jornal de Artes e Letras* e, depois, na revista *Seara Nova* apresentou nesse quadro a primeira síntese histórica do neo-realismo literário português⁹, assunto que mais tarde viria a desenvolver em diversos livros¹⁰. Este estudioso e grande admirador dos autores neo-realistas, foi o primeiro a elaborar uma visão de conjunto, nesse quadro restrito - pois a censura coartava as ambições de enaltecimento de autores seus proscritos, sobre os quais a polícia secreta saltava frequentemente na apreensão de edições - descrevendo o contexto literário da época, como apareceram os primeiros ensaios em revistas, as primeiras edições de poesia e em prosa e como se foi alargando a novos autores. Essa conferência foi editada numa pequena brochura pelos meios próprios da A.A. de Estudantes e de diminuta difusão. Foi preciso esperar pela chamada “abertura caetanista”, após a queda de cadeira que vitimou Salazar, para o seu autor lhe dar a forma de livro, editado pela Moraes, editora católica. Esta havia recebido uma rejuvenescência de “católicos progressistas”, que, depois de 1963, editavam a revista mensal *O Tempo e o Modo*, equivalente português da revista francesa *Esprit*¹¹. Nessa brochura A. Pinheiro Torres inventariava as primeiras obras aparecidas na colecção Novo cancionero. Diversos jornais efêmeros, *Sol Nascente*, *Liberdade*, tinham lançado a semente através de comentários e da poesia. *O Diabo*, que chegou a ser dirigido por Ferreira de Castro, e utilizava muitos pseudónimos para proteger os autores e enganar os censores, foi o mais persistente, se abstrairmos a revista coimbrã *Vértice* - que ainda hoje se publica - e foi dirigida pelo poeta Joaquim Namorado até ao desaparecimento deste, há poucos anos. Esta revista, como *O Diabo*, eram francamente influenciadas



Quadro de Abel Manta. Tertúlia do consultório do Prof. Pulido Valente.

pelo ideário e o controle ideológico do Partido Comunista Português, que procurou orientá-las na defesa da literatura comprometida, como se tornou mais evidente após o citado estudo de João Madeira. Do primeiro, ficou célebre a polémica José Régio-Álvaro Cunhal, só recentemente evocada e reproduzida. Cunhal acusava severamente o escritor vilacondense de permanecer limitado à “literatura do umbigo”, aconselhando-o a seguir o exemplo de autores que tomavam inspiração nas questões de sociedade.

A contestação da outra crítica

Sempre sob o controlo da censura e observação da polícia salazarista, que anotava cada nome que surgia em defesa do neo-realismo, os debates foram-se sucedendo. No início dos anos 60, é Vergílio Ferreira que se insurge com a apreciação que Pinheiro Torres fez a *Rumor Branco* de Almeida Faria, ex-aluno do autor de *Aparição*, romance que por sua vez, assinou o voltar de costas de V. Ferreira ao neo-realismo e ao existencialismo abrindo uma via metafísica em que permaneceu. A sociedade portuguesa continuava bloqueada. O ruralismo preferido do plano de Salazar, impedira é certo uma verdadeira industrialização e a formação dum operariado massivo, mas nos campos e nas vilas definhava-se, as contradições sociais eram escaldantes. Os literatos sensíveis tinham nesse contraste uma fonte de inspiração insuperável. O refúgio em elocubrações psicológicas próprias da população urbana era uma opção flagrante, que não parecia corresponder à dinâmica da época. O realismo ocupava o vértice das preocupações e discussões porque seria ultrajante desviar os olhos do abismo que se acentuava. A escapada existencialista, formalista e metafísica correspondia, quando honesta, a uma atitude individual, no fundo, face ao embate com o poder, aparentemente, cómoda.

Os críticos e ensaístas neo-realistas possuíam essa plataforma social

em que se apoiavam mas a estruturação da sua técnica de análise, a fundamentação dos conceitos estéticos que lhe davam corpo, era outro campo que os adversários sucessivamente exploravam. Apesar de tudo, a luta de ideias foi muito acesa, revelando que estava em jogo todo um conjunto de forças e de poderes. Se falássemos em luta de classe, era evidente que a dominante temia ser desalojada por outra que ganhava terreno.

Um comentador avisado como Fernando Guimarães (também poeta, com diversos prémios ganhos) podemos servir de exemplo do repúdio que mereceu a vários outros a opção neo-realista. F. Guimarães, com apreciada preocupação documental, procura uma explicação genética e temática às obras que assiduamente comenta, apreendendo-as numa reflexão filogenética que ultrapassa o comentário. Na obra *Linguagem e Ideologia*¹², publicada na fase caetanista, em 1972, inclui dois estudos onde debate a perspectiva da crítica neo-realista, mostrando-se conhecedor de textos fundadores, desde Marx e Engels a Mao Tsé-Tung, Lukacs e Lucien Goldman, nomes inaceitáveis pelos censores salazaristas. No entanto, F. Guimarães não se deixa seduzir pelos pressupostos dos clássicos marxistas que exprimiram pontos de vista gerais em matéria literária, nem pelos dois últimos que deixaram toda uma obra de teoria literária. Em Mao, na obra que cita e praticamente única que dedicou ao assunto (*Discussões sobre Literatura e Arte*), a sua intervenção enquanto líder político era simples, limitando-se fundamentalmente a recomendar aos homens de letras que a perspectiva mudara e que focassem o povo nas suas



obras e esquecessem os mandarin.

Fernando Guimarães não se sente tocado pela proposta, embora ela possua um paralelismo evidente no caso português, que só por si ilustra a tese do *grande timoneiro*, mas que, evidentemente, não satisfaz a intelectualidade que banha nos mitos, lendas e símbolos de que a arte por tradição se apossou, e que preocupam prioritariamente este ensaísta. O preconceito seria tanto mais prevalente quanto essa visão “aristocrática” impedia a compreensão duma concepção de cultura mais ampla, abrangendo a cultura popular e do pobre. A sua outra sensibilidade é apontada por Óscar Lopes, seu amigo e patricio da cidade invicta, no “Breve Contratexto” publicado na badana desse livro, dizendo aí o co-autor da *História da Literatura Portuguesa*¹³: “Acontece que para Fernando Guimarães, o realismo, como critério de valor literário, é uma redundância, desde que aceite definir-se a partir de e não absolutamente antes das obras; e que para mim a plenitude poética supõe a convic-



Dessin de Sonia Prieto

ção de um real entre realizado e realizável (“canto porque és real”, diria Eugénio de Andrade). A partir deste ponto principiam a divergir a minha prática teórica e crítica realista e a prática teórica e crítica de Fernando Guimarães.”

Os excessos das directivas de Jdanov, do período totalitário estalinista, foram arremessados contra esses bravos lusitanos, tal como as vicissitudes das intensas pesquisas de Lukacs¹⁴ - um intelectual à mercê do mesmo quadro político ditatorial - que irromperam cedo em Portugal, mau grado as grades censoras, inspirando diversos comentadores da vanguarda realista. Esses espúrios argumentos eram outras tantas armas de denegrimto, em que a fúria da polémica não permitia espaço para se aquilatar com bom censo do que verdadeiramente estava posto em causa. A exemplo da condenação anatemizadora da religião, bastava a indicação de

adversário para o opróbio dos nacionalistas começar a larvar.

Outra faceta consistia em propulsar outras obras e correntes literárias reduzindo os realistas à insignificância dum autor ou dois com alguma aceitação. Esta atitude ganhava outro lustro se viesse de alguma voz conceituada e universitária, meio que repeliu sempre a estética neo-realista, depois de apeada pelo poder político. A professora Maria de Lourdes Belchior, em certo momento, deixou os monges e bucólicos do século XVII, à volta dos quais elaborou os seus diplomas universitários, para se aproximar da contemporaneidade, numa série de palestras que posteriormente editou¹⁵. A sua simpatia recaí nos presencistas, mas sobreleva acima de tudo autores aparecidos em torno de revistas de cariz católico, como *Távola Redonda*, *Árvore*, *Cadernos do Meio Dia*. Este era o cadinho privilegiado, protegido,

mas, definitivamente, pouco expressivo, à parte alguns casos, como o do poeta Ruy Belo (1933-1978), cuja incomodidade acarretou trágico fim. Esta professora da Faculdade de Letras de Lisboa traçando um painel literário, enquanto matéria profissional, sem paixão estética mas de cálculo ideológico, diz no texto citado: “Tem-se, apaixonadamente, julgado o neo-realismo, quer para o exaltar, quer para o minimizar ou menosprezar. Penso que, honestamente, quando venha a fazer-se com desapaixonada isenção o balanço da poesia do *Novo Cancioneiro* e do romance de intenções sociais, o saldo talvez seja positivo, de um ponto de vista estritamente estético. O que não quer dizer que se considere perfeitos e paradigmaticamente realizados todos os neo-realistas” (op. cit. p. 158). Passada a coacção do regime ditatorial, as precauções que exprimem estas conclusões da insuspeitada professora de Letras possuem um eco remoto, nostálgico, mas que continuou a manifestar-se, até como tentativa de prevenção a novos *desencaminhamentos*¹⁶. Esta senhora religiosa, hoje desaparecida, vindo a terminar a sua carreira em Paris, na direcção do Centro Cultural Gulbenkian, coloca-se em contradição com os seus restritos princípios, pois, no panorama geral que traça, comenta diversos autores do novo realismo a quem esquivamente não pode denegar importância no tratamento da sensibilidade poética ou narrativa que cultivam. Mas o vício universitário de julgar e aferir, colado ao do controlo católico-romano, do *nihil obstat*, da sabedoria latinória, empurram-na para um impasse, renegando mais uma vez as origens populares, concluindo a muito favor: “o saldo talvez seja positivo”, expressão cuja afirmação finalmente se anula com o dubitativo *talvez*! Ao fim e ao cabo, a professora acaba por se descreditar neste ser e não-ser. A obra literária de Redol, Namora, M. da Fonseca, Soeiro P. Gomes, Mário Dionísio, Cardoso Pires, Armindo Rodrigues, Cochofel, Antunes da Silva, Abelaira, Mário Braga, Baptista-Bastos, A. Gedeão e de muitos mais, irmana-

dos em idêntica orientação estética, não necessitam do *satisfecit* dela nem de outros negacionistas, essa obra, soberba, afirma-se por si, porque nenhuma barreira foi susceptível obstar a que se realizasse. Sendo a obra literária fruto da liberdade individual do escritor e havendo o movimento de ideias da época criado as condições de edição e de enquadramento, uma vez que era também fenómeno social, colectivo.

Não obstante, essa subtil dialéctica da aceitação/exclusão é um suporte de referência para os fundamentos de legitimação, porque a imagem imediata prevalecente, a da propaganda, funcionou com uma só face, a da recusa, e a da perseguição policial e política. Deixamos aqui este exemplo das montanhas que tiveram de ultrapassar os artistas e escritores da nova sensibilidade estética. Todavia, apoiados numa prolífica imprensa sob a censura, encontraram o seu caminho, porque esse era o que, contra ventos e marés, a sociedade portuguesa tomava para sair do cadinho restrito e miserável onde o(s) seu(s) mentor(es) ambicionou(aram) fixá-la ●

¹ Alexandre Pinheiro Torres, *Romance: o Mundo em Equação*, Lisboa, Portugal, col. Problemas 19, 1967, p. 226. Ver também, para o início do neo-realismo, A. Pinheiro Torres e Alfredo Margarido, *As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea*, vol. II, Lisboa, Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, 1964, p. 29-31.

² Cf. João Madeira, *Os Engenheiros de Almas, o Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, 409 p.

³ Dizia ela: "Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso será o que os outros entenderem." No prefácio datado de 1965, que acompanha a edição de bolso das Publicações Europa América, Alves Redol descreve com grande pormenor o contexto pessoal e societal em que escreveu os seus primeiros livros. Tendo-se inspirado frequentemente na população imigrante do interior, Redol colocou também na portada a indicação: "Do Alto Ribatejo e da Beira Baixa eles descem às lezírias

pelas mondas e ceifas. Gaibéus lhes chamam." Utilizámos a 7ª edição de bolso, de 1982, que corresponde à 14ª da obra.

⁴ O seu vigoroso texto foi de imediato publicado no Brasil mas só recentemente conheceu edição em Portugal, que inclui todos os textos do processo: *Em Defesa de Aquilino Ribeiro*, organização e notas de Alfredo Caldeira e Diana Andringa, prefácio de Mário Soares, Lisboa, Terramar, 1994, 285 p. Lembremos que Aquilino viveu muitos anos exilado em França, onde se exilou desde 1908 tendo casado em 1912 com a senhora alemã Grete Tiedemann. Foi narrado que Salazar interrogado por um jornalista estrangeiro acerca do escritor português, entre os melhores, lhe indicava para entrevistar, lhe respondeu: veja o Aquilino Ribeiro, ele dirá mal de mim, mas é o maior.

⁵ Estes actos desesperados pressagiavam outros mais graves como o horróroso assassinato do general Humberto Delgado, atraído pela polícia secreta à fronteira portuguesa e morto em Espanha, juntamente com a sua secretária e companheira, Arajaryr de Campos, pelos carrascos fiéis ao ditador: Barbieri Cardoso, Rosa Casaco e Casimiro Monteiro, ainda hoje fugidos do país. Na Metrópole, estes crimes correspondiam às atrocidades cometidas nas frentes de luta nas colónias pela reserva militarizada do regime em defesa dos mitos do solitário de Santa Comba.

⁶ Os comentários de certos jornalistas deste órgão oficial da ditadura serviam de indicadores para a acção repressiva: apreensões, prisões, represálias, maus-tratos.

⁷ Ver o artigo de Eugénio Lisboa, "Fragilidades no Edifício da Cultura, Manuel Antunes e Régio" in *Jornal de Letras, Artes e Ideias* n.º 922 de 1 a 14 de Fev., rubrica Pro Memoria, que desmistifica a figura do seráfico jesuíta, que operou um cerco a José Régio. Podemos acrescentar que a sua apregoada sabedoria não penetrava em Freud e menos ainda no marxismo, de que transmitia na cátedra, nas lições de História da Cultura Clássica, a mais vil caricatura, que pode ser comprovada pela sebenta supervisada pelo padre e dirigida a milhares de alunos que se inscreviam nessa disciplina comum a todos os cursos de Letras nos anos 60. A fatuidade do seu exibicionismo pode avaliar-se no facto de passar uma aula a expor uma bibliografia tão numerosa quanto inacessível, já que em línguas estrangeiras, e, sobretudo, mal orientada para alunos do primeiro ano que necessitavam de indicações precisas e ao seu alcance. A ênfase de suposto eruditismo do jesuíta teria de agradar a uma boa camada de filhos-família que então ocupavam aquela Faculdade destro-

çada de professores excluídos.

⁸ Vejam-se os livros proibidos pelo salazarista, de que existe publicação (Comissão do *Livro Negro sobre o Regime Fascista*, Livros Proibidos no Regime Fascista, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981, 117 p.) Estes não invejam as condenações do Index do Vaticano, que excluiu as principais obras da humanidade.

⁹ Cf. *As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea*, vol. II, "Neo-realismo" por A. Pinheiro Torres; "Novo-romance" por Alfredo Margarido, Lisboa, Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, 1964, 57 p.

¹⁰ Cf. deste autor, *O Neo-Realismo Literário Português*, Moraes Editora, 1977; *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase*, Lisboa, ICALP, Biblioteca breve, 106 p.; *Os romances de Alves Redol*, Lisboa, Moraes editores, 1979, 371 p.; *Vida e Obra de José Gomes Ferreira*, Lisboa, Bertrand, 1975. Posteriormente Carlos Reis editou os *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*, Lisboa, Seara Nova, 1981, 230 p. Actualmente a literatura portuguesa sobre este assunto é mais vasta.

¹¹ *A Esprit* foi criada durante a última grande guerra por Emmanuel Mounier, fundador do personalismo, e outros intelectuais protestantes franceses (P. Ricœur, P. Fraisse) e influenciou a criação de congéneres em diversos países. *O Tempo e o Modo* começou a publicar-se em Janeiro de 1963, sob a direcção de António Alçada Baptista, sendo editor Pedro Tamen e propriedade da Livraria Moraes, Lisboa. No primeiro número a crítica literária era assinada por Manuel Poppe e pelo poeta e ensaísta António Ramos Rosa.

¹² Editorial Inova, Porto, 195 p.

¹³ Compêndio tornado clássico, se bem que apenas consentido no ensino liceal, conheceu inúmeras edições reactualizadas desde o seu lançamento em 1955. Redigido em colaboração com António José Saraiva, o histórico dessa eficaz colaboração foi recentemente trazido a lume com a publicação da correspondência travada entre ambos.

¹⁴ Muito particularmente o ensaio *La signification présente du réalisme critique* (Paris, Editions Gallimard, 1960), que teve uma edição portuguesa logo apreendida, e mais alguns estudos sobre a literatura e o pensamento ocidental publicados em França.

¹⁵ Maria de Lourdes Belchior, *Os Homens e os Livros II, Séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, 221 p.

¹⁶ Os mesmos guardiões devem regozijar que prevaleça no gosto actual a chamada literatura *light* ou *pimba* e se desenvolva o policial e outras saladas de consumo.